

Os molhes do Douro

Assisti a um Debate na NTV sobre o novo Projecto dos molhes do Douro. O painel teve quatro intervenientes: favoráveis ao Projecto, o administrador do Instituto Portuário e de Trabalhos Marítimos (IPTM, substitui o extinto Instituto de Navegabilidade do Douro) e dois vereadores das Câmaras do Porto e Gaia; com interrogações sobre o mesmo, o presidente da Associação Política Regional e de Intervenção Local (APRIL). Concluí que o IPTM ressuscitou o Projecto. Que o actual Projecto é visualmente menos agressivo do que o anterior, pois foi suavizado pela Faculdade de Arquitectura do Porto. Que o Projecto tem um custo de cerca de 25 milhões de euros (5 milhões de contos). Que os benefícios apontados se prendem essencialmente com a segurança das embarcações à passagem da barra, nomeadamente, as embarcações dos pescadores da Afurada.

Não foram quantificados e incluídos no custo do Projecto os danos ambientais, como o provável acentuar da erosão costeira a sul dos ditos molhes e arrastamento de areias de praias, actualmente, com a bandeira azul. Também não foram quantificados e incluídos no referido custo os danos sobre o eventual património arqueológico, no leito do rio, e sobre o património edificado, como a capela renascentista ao pé dos pilotos da barra – capela de S. Miguel o Anjo – e a sua envolvência renascentista.

Em Gaia, na encosta virada a Norte que bordeja o rio, há a intenção de construir umas ‘habitações de qualidade’ (um luxo sem sol e com nortada) e uma marina. No Porto há projectos para duas marinas. A segurança à passagem da barra de embarcações de recreio parece ser uma das motivações do Projecto. Todavia, na ausência de quantificação, os benefícios inerentes são virtuais e muito sensíveis aos sonhos dos promotores do Projecto. É sabido que a barra está fechada por problemas de segurança 20 dias no ano, em média. Ou seja, em média, há 345 dias no ano sem problemas. É

mais no Inverno que a barra fecha, também por causa das cheias, altura em que são poucas as embarcações de recreio a solicitar entradas e saídas. Quanto aos pescadores da Afurada, o pequeno número é capaz de justificar a alternativa de os compensar monetariamente, nos dias em que a barra fecha.

O relato acima é indicativo de como não devem ser tomadas decisões de investimento público, em Portugal ou em qualquer parte do mundo. Se o Porto fosse uma cidade dos Estados Unidos da América, e o Projecto envolvesse dinheiros federais, ser-nos-iam apresentadas várias alternativas de Projecto, incluindo a ausência do mesmo, tecnicamente fundamentadas e economicamente quantificadas em termos de benefícios e custos. Haveria uma discussão pública dos prós e contras das diversas alternativas. Por fim, o público seria chamado a pronunciar-se.

Qualquer decisão de investimento público é política e não técnica. Não cabe ao IPTM escolher alternativas de Projecto. Cabe ao IPTM dar fundamento técnico às várias alternativas. Cabe à tutela política consultar os cidadãos e decidir, com transparência, pela melhor alternativa, ou deixar que os cidadãos o façam em referendo. No Porto edificou-se, com dinheiro público, um edifício opaco (pela falta de utilização e sujidade) entre o mar e o parque da cidade. Como escultura, o edifício, de um arquitecto catalão famoso, funciona mal e dificilmente justifica o investimento realizado. E que dizer do actual Projecto dos molhes?

Leonardo Costa

Texto elaborado em colaboração com a Ordem dos Economistas, publicado no Jornal Notícias na Segunda-feira, dia 24 de Maio de 2004